

2022

**RELATÓRIO**  
DE ATIVIDADES

# SUMÁRIO

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4
INSTITUCIONAL	6
EQUIPE IDS	8
<b>CLIMA E BIODIVERSIDADE</b>	<b>10</b>
RADAR CLIMA E SUSTENTABILIDADE	11
O IDS E O ADVOCACY CLIMÁTICO CAMPANHA A LEI MAIS URGENTE DO MUNDO	11
GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO EMBARGO REMOTO DE ÁREAS DESMATADAS NO BRASIL	12
JUSAMAZÔNIA, JUSTIÇA COM TRANSPARÊNCIA	12
SETE OFICINAS EM PARCERIA ENTRE IDS, CEFOR E IPAM PARA (IN)FORMAÇÃO DE ASSESSORES PARLAMENTARES	13
BOLETINS INSTITUCIONAIS: RADAR CLIMA E SUSTENTABILIDADE	16
ELEIÇÕES 2022	18
BÚSSOLA IDS PARA AS ELEIÇÕES	20
SALDÃO DO DESGOVERNO	21
<b>ECONOMIA VERDE</b>	<b>22</b>
CONTRIBUIÇÕES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL	23
UMA AGENDA NECESSÁRIA E OPORTUNA PARA O BRASIL	24

<b>SEGURANÇA HÍDRICA</b>	<b>26</b>
ÁGUA, DIREITO HUMANO E BEM PÚBLICO	27
HUB DE SEGURANÇA HÍDRICA	28
SEGURANÇA HÍDRICA NO RIBEIRÃO BAGUAÇU EM ARAÇATUBA-SP	30
PRIORIDADES PARA O SANEAMENTO E A SEGURANÇA HÍDRICA EM MANAUS	30
DE OLHO NOS MANANCIAS DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA	31
<b>GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA</b>	<b>32</b>
PACTO FEDERATIVO · MUNICÍPIOS PARA A AGENDA 2030	32
AVANÇOS E RETROCESSOS DA AGENDA 2030 NO BRASIL	33
<b>FORMAÇÃO E ATIVISMO</b>	<b>34</b>
DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS NO CAMPO SOCIOAMBIENTAL	35
RODAS DE CONVERSA	36
BIBLIOTECA DO IDS	38
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	40
REDES SOCIAIS	42
RELATÓRIO FINANCEIRO	44

# A SOCIEDADE BRASILEIRA PRECISA DE UM NOVO PACTO

Corremos o risco de passar mais quatro anos em luta contra inimigos imaginários. A única forma de superar as mazelas da fome, da desigualdade e da pobreza é unir os esforços entre organizações e pessoas capazes de contribuir para a consolidação da democracia e da sustentabilidade no Brasil.

O Brasil é o país da diversidade, de capacidades múltiplas e com profundas raízes culturais. O espírito empreendedor e altivo do povo brasileiro conquista corações. É preciso fortalecer as relações internas e romper a corda que tensiona o ambiente de polarização política.

É urgente recuperar o tempo perdido e reforçar o empenho na reconstrução das instituições públicas após anos de negligência. É fundamental um novo pacto, que deve ser concretizado para que o Brasil retome seu desenvolvimento. É preciso ser rápida a caminhada para o topo do *ranking* mundial de melhores países onde viver. A esperança é o combustível dessa nova era que se inicia.

Algumas concertações estruturantes poderão viabilizar esse projeto, entre elas, a reforma tributária e a revisão do pacto federativo. É central que Brasília avance nos diálogos com estados e municípios, que planos de desenvolvimento regionais e sustentáveis ganhem força nos executivos e legislativos nacional e regionais.

Não é hora de enaltecer as divergências. É hora de encontrar o máximo denominador comum. Só assim serão afastadas da vida pública as pessoas que atentam contra as leis e ameaçam o Estado Democrático de Direito.

A população quer alimentos de qualidade, ar puro, água limpa, esgoto tratado, espaços verdes e de lazer, saúde e educação públicas. Queremos a implementação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A Agenda 2030 é unânime, foi assinada por 193 países na Organização das Nações Unidas.

O Brasil que queremos deve ser um só, para as atuais e futuras gerações, desde que a humanidade prevaleça. Se, em 1988, criamos um espírito político, uma nova proposta de cidadania, agora, 35 anos depois, estamos maduros o suficiente para arcar com nossas responsabilidades, superar os conflitos internos e, simplesmente, fazer acontecer.

**Ricardo Young**  
*presidente do IDS*





---

# INSTITUCIONAL

O Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) trabalha sua gestão institucional em seis eixos, listados a seguir.

## PLANEJAMENTO

É a instância que alinha a ação da organização para que suas agendas tenham suporte humano e material para sua realização. É esta a esfera da estruturação tecnológica e do planejamento.

## COMITÊ DE PESSOAS

Atua para garantir o bom relacionamento da organização com os associados e seus *stakeholders*. É também onde se estabelecem os protocolos de relações institucionais, além de ações para o engajamento da equipe e do voluntariado.

## GESTÃO DE PROJETOS

Trabalha na modelagem dos projetos do IDS, na contratação de pessoas e de *softwares* como o Project Builder, para fortalecer a gestão de projetos e da organização. Também é a área que executa a avaliação *Nós do IDS*.

## CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Essa área tem como função manter relacionamento permanente com financiadores e realizar a prospecção de renovações e de novos parceiros.

## GESTÃO DE MARCA E PORTFÓLIO

É o setor que cuida da apresentação institucional do IDS, da Bússola IDS e da Jornada Diálogos Brasil. *Clima é Tudo*. Também é onde se insere o trabalho da equipe de comunicação da DMCom, empresa contratada para cuidar do dia a dia da comunicação e das redes sociais do IDS.

## REDES

O IDS tem forte atuação em redes de organizações, tais como a Rede Advocacy Colaborativo (RAC), o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (GT 2030), o Pacto pela Democracia (iniciativa da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil), a Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura, a rede ABCD (uma rede de organizações da sociedade civil para diminuir a fragmentação e a dispersão dos que lutam para reduzir as desigualdades no Brasil), o Observatório do Clima (OC) e o Observatório de Governança das Águas (OGA).

---

# EQUIPE IDS

## **CONSELHO DIRETOR**

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto  
Alexandra Reschke (em memória)  
Altair Assumpção  
João Paulo R. Capobianco (vice-presidente)  
Ricardo Young Silva (presidente)

## **CONSELHO FISCAL**

Paulo Afonso Garcia  
Paulo Cesar Werneck

## **COORDENADORA EXECUTIVA**

Carolina Riberti Mattar

## **COORDENADOR DE PESQUISA**

Guilherme Barbosa Checco

## **CONSULTOR DE DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS**

André Lima

## **COORDENADOR FINANCEIRO**

Arnaldo Augusto de Oliveira Filho

## **ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO**

Aline Souza (até junho de 2022)



## ASSESSORES DE ADVOCACY

Mateus Braga Fernandes  
Marcela Moraes (até setembro de 2022)

## ASSESSOR JURÍDICO

Ivens Drumond

## ANALISTA DE PESQUISAS E PROJETOS

Djonathan Gomes Ribeiro (até maio de 2022)  
Sylvia Bomtempo (a partir de novembro de 2022)

## ASSISTENTE DE PESQUISAS E PROJETOS

Eduardo Couto

## PESQUISADORA EM SEGURANÇA HÍDRICA

Mariana Carriles (de maio a novembro/2021)

## ASSISTENTE DE MARKETING

Ywanna Cerqueira Moreira

## ASSISTENTE EXECUTIVA

Donatila Pinski (a partir de junho de 2022)

## SECRETÁRIA ADMINISTRATIVA

Elisabete Fernandes

## ASSOCIADOS

Adriana de Carvalho B. Ramos Barretto  
Alexandra Reschke  
Alexandre de Almeida Youssef  
Altair Cleto de Melo Assumpção  
Alvaro Antonio Cardoso de Souza  
Ana Valéria Nascimento Araújo Leitão  
André Rodolfo de Lima  
Andrea Aguiar Azevedo  
Bazileu Alves Margarido Neto  
Carlos Alberto Ricardo  
Carlos Antonio Rocha Vicente  
Eduardo Giannetti da Fonseca  
Eduardo Rombauer van den Bosch  
Eduardo Viveiros de Castro  
Gabriela Barbosa Batista  
Gilberto Câmara  
Gisela Maria Moreau  
Guilherme Peirão Leal  
Ivaneide Bandeira Cardozo  
Jane Maria Villas Bôas  
João Paulo Ribeiro Capobianco  
Jorge Luiz Numa Abrahão  
José Adalberto O. Veríssimo  
Juliana Cassano Cibim  
Luana Maia Oliveira  
Marcelo de Camargo Furtado  
Márcio José Brando Santilli  
Maria Alice Setubal  
Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima  
Mariana de Oliveira Gianiaki  
Maristela Bezerra Bernardo  
Marussia Whately  
Muriel Saragoussi  
Oded Grajew  
Paulo Henrique Ribeiro Sandroni  
Pedro Ivo de Souza Batista  
Pedro Ribeiro Telles  
Pedro Wilson Leitão Filho  
Rachel Biderman Furriela  
Raimundo Sergio Barros Leitão  
Ricardo Cavaliere Guimarães  
Ricardo Young Silva  
Roberto Isao Kishinami  
Samyr Cury  
Suzana Machado Pádua  
Tasso Azevedo

*Em memória:*

Alexandra Reschke  
Alfredo Helio Sirkis  
José Rubens Pereira Gomes



# CLIMA E BIODIVERSIDADE

## RADAR CLIMA E SUSTENTABILIDADE

O projeto #Radar Clima e Sustentabilidade atua por meio de estratégias de *advocacy*, mapeando pautas importantes, identificando oportunidades para a atuação em defesa de conquistas já consolidadas e fortalecendo o trabalho das organizações da sociedade civil e de ações em rede que ampliem o alcance de tais estratégias. O #Radar promove mais transparência e visibilidade para os temas debatidos pelo Parlamento, para permitir uma participação e mobilização mais efetivas da sociedade civil, em especial para cobrar de seus representantes uma atuação positiva e proativa quanto aos temas clima e meio ambiente.

O projeto #Radar elegeu algumas prioridades de trabalho em função das principais ameaças e oportunidades para o campo socioambiental: Lei Geral de Licenciamento Ambiental; Código Florestal; desmatamento

e questão fundiária na Amazônia; Lei de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA); e Política Nacional sobre Mudança Climática.

As ações do #Radar foram desenvolvidas em parceria com a RAC, rede composta por organizações como Avina, Inesc, 350.org, WWF-Brasil, Idec, Instituto Ethos, Instituto Escolhas, Instituto Clima e Sociedade, Instituto C&A, Pulso Público, Transparência Internacional, Dado Capital, dentre outras, atuando em diferentes frentes e buscando incidir nas pautas políticas do Congresso Nacional, por meio do corpo a corpo com os políticos e de ações colaborativas das organizações da sociedade civil.

O projeto é parceiro do portal Congresso em Foco na publicação de notícias, artigos e da coluna assinada pelo advogado e coordenador do #Radar, André Lima. São transmitidas informações e análises sobre a agenda governamental e as principais movimentações e articulações do Parlamento nos temas de clima e sustentabilidade.

## O IDS E O ADVOCACY CLIMÁTICO CAMPANHA A LEI MAIS URGENTE DO MUNDO

O IDS fez parte de uma coalizão, inicialmente formada por 16 organizações, que lançou a campanha A Lei Mais Urgente do Mundo, com o objetivo de coletar apoio da população para que a proposta de incluir a segurança climática na Constituição Federal seja analisada pela Câmara dos Deputados. Em 18 de outubro de 2022, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou por 26 votos a dez, a

chamada Lei Mais Urgente do Mundo, uma proposta que busca incluir a segurança climática na Constituição.

A votação em plenário da Câmara aguarda a formação de uma comissão especial para validar a proposta de alteração da Constituição e remeter para apreciação em plenário.

Conheça a proposta legislativa A Lei Mais Urgente do Mundo  
<https://www.camara.leg.br/próposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2304959>.

# GUIA DE BOAS PRÁTICAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO EMBARGO REMOTO DE ÁREAS DESMATADAS NO BRASIL

Este Guia tem o objetivo de orientar os órgãos ambientais e a sociedade civil em geral sobre a necessária aplicação do embargo remoto de áreas desmatadas ilegalmente, de modo a aumentar a eficiência e a eficácia da fiscalização pelo poder público no controle e responsabilização do desmatamento ilegal em todos os biomas brasileiros.

O Guia apresenta um passo a passo para aplicação do embargo remoto em larga escala, contemplando procedimentos distintos para áreas inscritas e não inscritas no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Este trabalho foi desenvolvido coletivamente como resultado de uma série de reuniões de um grupo aberto de trabalho, criado em janeiro de 2022, e que conta com a participação, principalmente, de órgãos ambientais estaduais, federais e organizações da sociedade civil (Apêndice 6).

O Guia também orienta quanto ao monitoramento permanente de áreas embargadas e procedimentos específicos para áreas e territórios de Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs). O documento também sistematiza as normas federais e estaduais em vigor que possibilitam a aplicação do embargo remoto. O embargo é atualmente o instrumento mais efetivo, pois tem efeito imediato, e deve ser priorizado de forma estratégica e permanente, reduzindo o sentimento de impunidade que promove o desmatamento ilegal no Brasil.

*Acesse o Guia de Boas Práticas para Implementação do Embargo Remoto de Áreas Desmatadas no Brasil*

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/MapBiomas\\_Guia\\_Boas\\_Praticas\\_21.11.22\\_final.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/MapBiomas_Guia_Boas_Praticas_21.11.22_final.pdf)

## JUSAMAZÔNIA, JUSTIÇA COM TRANSPARÊNCIA

A JusAmazônia é uma plataforma de transparência sobre o Poder Judiciário brasileiro. Seu objetivo central é oferecer um mecanismo de busca, consulta e acompanhamento de ações civis públicas relativas ao desmatamento na Amazônia Legal brasileira. Além disso, a plataforma apresenta o cruzamento de informações relevantes detectadas em seu banco de dados, que podem ser utilizadas para

formulação de estudos e novas políticas públicas. Ademais, possui também abas para hospedar e divulgar pesquisas pioneiras que abordam a questão do desmatamento ilegal na Amazônia.

Para saber mais sobre o sistema do JusAmazônia acesse

<https://www.jusamazonia.com.br/>

## ENTREGAS E RESULTADOS

## SETE OFICINAS EM PARCERIA ENTRE IDS, CEFOR E IPAM PARA (IN)FORMAÇÃO DE ASSESSORES PARLAMENTARES

A parceria do IDS com o Cefor ganhou materialidade em 2022 com sete oficinas para (in)formação de assessores parlamentares. O Cefor é o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados e dedica-se à pesquisa acadêmica por meio de seu Programa de Mestrado em Poder Legislativo e de vários cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização).

A estruturação dos seminários, baseada na reunião de alguns dos melhores especialistas em cada um dos temas abordados, oferece conhecimentos de alta relevância para a análise e construção de políticas públicas. Todos são apresentados por André Lima (IDS).

### Oficina REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 18 de março

<https://youtu.be/rrJIU32Y5zQ>

Seminário com o doutor Raoni Rajão, que apresenta um panorama da ocupação territorial da Amazônia e sua interface com a legislação fundiária, e faz uma análise do Programa Terra Legal, instituído pela Lei 11.952/2009, das modificações introduzidas pela Lei 13.465/2017, e também avalia o impacto regulatório do PL nº 2.633/20 e do PL nº 510/21. A doutora Brenda Brito aborda a legislação fundiária atual e as alterações necessárias para fomentar uma política fundiária aliada à conservação florestal.

### Oficina LICENCIAMENTO AMBIENTAL 25 de março

<https://youtu.be/JiHMQkIqKI4>

Seminário em que Luís Enrique Sánchez, doutor em Economia dos Recursos Naturais e professor titular da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, e Suely Araújo, mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB), especialista sênior em Políticas Públicas do Observatório do Clima, apresentam um panorama da Lei Geral de Licenciamento Ambiental sob a ótica da Política Nacional do Meio Ambiente e das boas práticas internacionais.



Oficina IMPACTOS DA REFORMA ADMINISTRATIVA NA GESTÃO AMBIENTAL  
**29 de abril**

[https://youtu.be/qM\\_9js1Y4rg](https://youtu.be/qM_9js1Y4rg)

Ana Karine Pereira, doutora em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e professora do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB, e Fabiano Toni, doutor em Ciência Política pela University of Florida, professor e diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, mostram dados atuais sobre a gestão ambiental brasileira, com ênfase na qualidade da burocracia e na sua autonomia técnica, destacando seus principais gargalos e os possíveis efeitos das propostas de reforma administrativa no setor.

Oficina LEI DO MAR  
**6 de maio**

<https://youtu.be/IOiuLjpOAw0>

Carina Oliveira, professora da Universidade de Brasília (UnB), colíder do Gern-UnB e pesquisadora de Produtividade do CNPq, e Leandra Gonçalves, doutora pelo Instituto de Relações Internacionais da USP e pesquisadora de pós-doutorado no Instituto Oceanográfico da USP, explicam o processo de construção do Projeto de Lei nº 6.969/2013 (conhecido por Lei do Mar) desde seu início até os dias de hoje: histórico, estágio atual, formas de contribuir com o avanço do processo no Congresso Nacional, importância da Lei do Mar frente aos desafios contemporâneos de mudanças globais, a Década da Ciência Oceânica da ONU, e a conformidade jurídica do PL nº 6.969/2013 com as normas existentes.

Oficina IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: SEGUNDA PARTE DO 6º RELATÓRIO DO IPCC  
**12 de maio**

<https://youtu.be/mXlWvrsrepI>

Em outubro de 2021, o Cefor e a Frente Parlamentar Ambientalista realizaram palestra sobre o processo de construção dos relatórios do IPCC, o que trouxe uma visão geral do conteúdo do 6º Relatório de Avaliação (lançado em 9 de agosto de 2021) e os principais cenários de impactos globais e regionais relacionados à mudança do clima. Os professores Paulo Artaxo e Jean Ometto apresentam os resultados da parte relativa ao Grupo de Trabalho II do 6º Relatório de Avaliação do IPCC (lançado em 28 de fevereiro de 2022), que abordam as conclusões científicas sobre os impactos, adaptações e vulnerabilidades relacionadas à crise climática. Esse trabalho envolveu 230 cientistas de 66 países, sendo 21 brasileiros, e apontou as consequências diretas da mudança do clima em nossas vidas, na biodiversidade e nos ecossistemas do planeta, tema preocupante e que demanda atenção urgente do Parlamento brasileiro.

Esse é o último relatório de impactos do IPCC que teremos até o final desta década. Nesse período, as emissões precisarão ser reduzidas pela metade. É hora de agir rápida e conscientemente!



### Oficina 6º RELATÓRIO IPCC 7 de outubro

<https://youtu.be/UyP2rnlU9fk>

Palestras dos professores Paulo Artaxo e Mercedes Bustamante sobre o processo de construção dos relatórios do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas) com uma visão geral do conteúdo do sexto relatório em comparação ao quinto e os principais cenários de impactos globais e regionais (América do Sul e Brasil) relacionados às mudanças climáticas. Mercedes Bustamante é professora do Departamento de Ecologia da Universidade de Brasília (UnB), doutora em Geobotânica pela Universidade de Tréveris (Alemanha) e integrante da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos (NAS). Paulo Artaxo é professor do Departamento de Física Aplicada do Instituto de Física da USP, doutor em Física Atmosférica pela USP, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, integrante da Academia Brasileira de Ciências (ABC), da World Academy of Sciences (TWAS), da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (Aciesp) e do IPCC.

### Oficina QUEIMADAS 14 de outubro

<https://youtu.be/qqvDObosomeo>

Nesta palestra, Ane Alencar e Ludmila Rattis abordam as mudanças climáticas, o uso do solo no Brasil e os impactos dos desmatamentos e queimadas nos biomas brasileiros e nas mudanças do clima. Ane Alencar é diretora de Ciência do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), com mestrado em Sensoriamento Remoto e Sistema de Informação Geográfica pela Universidade de Boston e doutorado em Recursos Florestais e Conservação pela Universidade da Flórida (Estados Unidos). Ludmila Rattis é pesquisadora do Ipam, com doutorado em Ecologia pela Unicamp e pós-doutorado pela Woodwell Climate Research Center (Estados Unidos).

---

# BOLETINS INSTITUCIONAIS: RADAR CLIMA E SUSTENTABILIDADE

## BOLETIM Nº 1 – FEVEREIRO DE 2022

No primeiro Boletim Radar de 2022, André Lima, então coordenador da agenda de Clima, Meio Ambiente e Amazônia no IDS, fala sobre o clima das Eleições 2022 no Congresso Nacional. Também mostra os projetos de lei e propostas de emenda constitucionais (PEC) que estão em trâmite, como o PL do Veneno, PL do Marco Temporal, PEC da Reforma Tributária e PEC do Clima.

Para assistir, acesse: <https://youtu.be/R8OsbMQW5uY>.

## BOLETIM Nº 2 – MARÇO DE 2022

No Boletim do mês de março, André Lima fala sobre o manifesto Ato Pela Terra, convocado por vários artistas e parlamentares que queriam dar um basta ao pacote de destruição ambiental que vinha tomando forma e força no Congresso Nacional. O ato teve o objetivo de conseguir uma audiência com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para pedir mais responsabilidade ambiental no Parlamento.

Para assistir, acesse: [https://youtu.be/mJlG\\_iF3VS0](https://youtu.be/mJlG_iF3VS0).

## BOLETIM Nº 3 – MAIO DE 2022

O Boletim Radar de maio fala sobre os principais acontecimentos no Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal no período de abril e maio: a #PautaDaDestruição e a #PautaVerde; o PL 36/2021, que altera o Código Florestal; o PL 177/2021, que autoriza o presidente da República a denunciar a Convenção 169 da OIT; PL do Veneno, Licenciamento Ambiental e Regularização Fundiária.

Para assistir, acesse: <https://youtu.be/7VN9wtEBSCM>.

## **BOLETIM Nº 4 – AGOSTO 2022**

Resistência socioambiental contínua no Congresso Nacional. O primeiro semestre de 2022 foi bem intenso e tenso no Congresso Nacional, com aprovação de projetos de lei prejudiciais às pautas de clima, biodiversidade e direitos socioambientais. Neste vídeo-boletim, de junho/julho de 2022, André Lima (IDS) e Ícaro Silva (da consultoria de relações governamentais Pulso Público) compartilham informações e análises do que avançou (e do que não avançou) em matéria legislativa, com análises e perspectivas para o segundo semestre e o crítico período pós-eleitoral. O alerta máximo deste Boletim fica por conta do período pós-eleitoral, quando parlamentares, sobretudo os não reeleitos, tentarão de tudo para deixar seu rastro antiambiental. Estava em jogo, no fim de legislatura, a fragilização do licenciamento ambiental, a premiação de grileiros, a promoção do uso de agrotóxicos, a redução de áreas protegidas, o enfraquecimento de normas de proteção das unidades de conservação e o Código Florestal.

Para assistir, acesse: <https://youtu.be/hnE5mjlmbhs>.

## **BOLETIM Nº 5 – NOVEMBRO 2022**

Neste Boletim pós-eleição 2022, André Lima (IDS) oferece uma análise do resultado das eleições para a Câmara Federal e o Senado e seu potencial impacto na agenda climática e socioambiental do legislativo federal em 2023, a partir de dados coletados no Painel Farol Verde. O documento *Análise dos resultados da eleição 2022 para Câmara Federal e Senado com base nos dados do Farol Verde* está disponível em nossa biblioteca-virtual: [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Analise-dos-resultados-da-eleicao-2022 .pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Analise-dos-resultados-da-eleicao-2022.pdf).

Para assistir, acesse: <https://youtu.be/50UTO0JC978>.

# ELEIÇÕES 2022

## **PAINEL FAROL VERDE, UM NORTE EM DIREÇÃO À SUSTENTABILIDADE**

O Painel Farol Verde é uma ferramenta de monitoramento de tendências ambientais e de sustentabilidade dos candidatos ao Congresso nas eleições de 2022. Organizado pelo IDS e pela Rede Advocacy Colaborativo, contou com cerca de 30 outras importantes organizações parceiras para ajudar eleitores e candidatos a mostrar suas preferências e suas pautas em matéria de mudanças climáticas, sustentabilidade ambiental e direitos socioambientais nas eleições de 2022.

Para candidatos ao Legislativo Federal, foi uma plataforma para divulgar informações e posicionamentos de campanhas comprometidas com os temas clima, sustentabilidade e direitos socioambientais. A adesão das candidaturas ao Painel foi voluntária e gratuita e a publicação é republicana e suprapartidária.

Para os eleitores, configurou-se como um mapa prático e ágil que facilitou sua pesquisa de informações e posicionamentos de candidaturas ao Congresso Nacional nas eleições de 2022, ampliando opções para um voto mais consciente e consequente com a mudança climática, com o meio ambiente, com a biodiversidade e com os direitos socioambientais.

## Análise dos resultados das eleições de 2022 para Câmara Federal e Senado com base nos dados do Farol Verde

O segundo semestre de 2022 foi marcado pela corrida eleitoral de candidatos e candidatas para tentarem uma vaga na Câmara Federal, no Senado e a presidência da República. Do lado de cá, o **IDS e dezenas de organizações sociais e redes da sociedade civil brasileira sistematizaram o Painel Farol Verde** (<https://www.idsbrasil.org/noticias/farol-verde-ilumina-o-voto-pela-seguranca-climatica/>), uma plataforma *online* com o propósito de fortalecer a nossa democracia, que oferece ao eleitorado nacional informações confiáveis e dados sistematizados e atualizados sobre a adesão e o potencial comprometimento das candidaturas relativos às pautas de mudanças climáticas, sustentabilidade ambiental e direitos socioambientais nas eleições de 2022.

No vídeo-boletim pós-eleição 2022, publicado em novembro, André Lima (IDS), coordenador do projeto, oferece uma análise do resultado das eleições: <https://youtu.be/50UTOOJC978>. **E está disponível em nossa biblioteca-virtual o documento Análise dos Resultados da Eleição 2022 Para Câmara Federal e Senado com Base nos Dados do Farol Verde:** [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Analise-dos-resultados-da-eleicao-2022\\_.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Analise-dos-resultados-da-eleicao-2022_.pdf).

## Para ampliar a visibilidade das agendas clima e meio ambiente nas eleições ao Congresso Nacional nas eleições de 2022

Em outra fase do Painel Farol Verde, o IDS, a Rede Advocacy Colaborativo (RAC) e todas as dezenas de organizações importantes da sociedade civil que compõem o Comitê Colaborador do Painel trabalharam para contribuir de forma objetiva, transparente e republicana para que os(as) eleitores(as) tivessem acesso a subsídios objetivos e confiáveis para tomar uma decisão de votar em candidatos e candidatas mais alinhados com a agenda climática e de meio ambiente por um Brasil mais justo, próspero e sustentável. Para isso foi realizada uma pesquisa voluntária entre candidatos para dar transparência aos seus interesses, pautas e propostas.

Acesse a pesquisa aqui: [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/Relato%CC%81rio-Lanc%CC%A7amento-FAROL-VERDE-eleic%CC%A7o%CC%83es-2022\\_Final.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/Relato%CC%81rio-Lanc%CC%A7amento-FAROL-VERDE-eleic%CC%A7o%CC%83es-2022_Final.pdf).

# BÚSSOLA IDS PARA AS ELEIÇÕES

Em agosto de 2022, o IDS lançou a *Bússola do IDS para as Eleições de 2022*, um instrumento para auxiliar no debate eleitoral a partir dos trabalhos que a organização desenvolve junto a parceiros em cinco agendas:

CLIMA E  
BIODIVERSIDADE;  
ECONOMIA VERDE;  
SEGURANÇA HÍDRICA;  
GOVERNANÇA  
DEMOCRÁTICA;  
FORMAÇÃO CIDADÃ E  
JUVENTUDES;

“É preciso sair do piloto automático. O Brasil precisa de lideranças, em especial lideranças partidárias comprometidas com essa agenda”, disse Carolina Mattar, coordenadora-executiva do IDS. O objetivo do trabalho foi ajudar a pensar uma agenda integrada com propostas para fortalecer e aprofundar a democracia no Brasil.

*“O Brasil precisa discutir a agenda, precisa debater propostas. Temos inúmeras iniciativas na sociedade civil e soluções no setor público e setor privado, mas a política não está acompanhando as inovações.”*

Ricardo Young,  
*presidente do Instituto Democracia e Sustentabilidade.*



Na *Bússola para as Eleições de 2022*, o IDS propôs um novo olhar para a cidadania e o Estado de Direito, e por isso foi lançada em 26 de agosto, Dia Internacional da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que representa um marco para a democracia em todo o mundo.

Para acessar a *Bússola Para as Eleições de 2022* siga o link:

<https://materiais.idsbrasil.org/bussola-ids?>



---

## SALDÃO DO DESGOVERNO

Ao apagar das luzes da última legislatura, deputados e ativistas de organizações sociais denunciaram um combo de 17 propostas legislativas que ameaçam a proteção dos recursos naturais e que contaram com o patrocínio do governo Bolsonaro e de seus aliados, com destaque para a bancada ruralista. A lista, apelidada pelo grupo de Saldão do Desgoverno, inclui textos que comprometem direitos indígenas, dificultam a conservação de biomas, desprotegem animais silvestres e facilitam a adoção de agrotóxicos, entre outros. Deputados que representam povos indígenas e direitos sociais e ambientais alertaram, no final de 2022, que a defesa do meio ambiente e dos direitos humanos deve ser prioridade para a sociedade e para o governo iniciado em 1º de janeiro de 2023.



---

# ECONOMIA VERDE



## CONTRIBUIÇÕES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL

Uma das áreas de atuação relevante do IDS em 2022 é a economia verde. Os estudos contaram com inúmeras parcerias entre o IDS, organizações sociais e empresas, para contribuir com a retomada econômica por meio de uma visão sustentável da economia em diversos ângulos. Foram contemplados especialmente energia solar, mobilidade elétrica, bioeconomia, agricultura sustentável, turismo de natureza, economia circular e reciclagem.

Com quase 12 milhões de desempregados e 33 milhões de pessoas em estado de fome e insegurança alimentar, o desafio de uma recuperação econômica sustentável é impositivo. O consenso é de que o Brasil precisa crescer e gerar empregos, mas a questão fundamental que se coloca é: “em que direção queremos que o país cresça”. O objetivo deste documento e dos estudos e eventos promovidos pelo IDS sobre o tema é reunir propostas estruturantes para alavancar a economia verde, como contribuições aos programas de governo dos então candidatos e, agora, ao governo que assumiu o país em 1º de janeiro.

Para ter acesso ao documento, acesse [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS\\_AgendaEconomiaVerde\\_2022\\_final-1.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS_AgendaEconomiaVerde_2022_final-1.pdf).

---

# UMA AGENDA NECESSÁRIA E OPORTUNA PARA O BRASIL

Como o Brasil pode elaborar seu próprio plano de retomada econômica verde, que alie desenvolvimento e melhoria dos indicadores socioeconômicos a um processo de diminuição de suas emissões de gases de efeito estufa e de adaptação aos impactos das mudanças climáticas? Como as experiências de outros países, que saíram na frente nessa agenda, podem inspirar o Brasil a construir a sua própria estratégia?

Essas perguntas nortearam o trabalho desenvolvido pelo IDS, em conjunto com as plataformas Arq.Futuro e Por Quê? Economês em Bom Português, e o Centro de Sustentabilidade do Insper. Atentas ao desafio global de enfrentar a emergência climática, essas organizações somaram esforços, com apoio do Itaú Unibanco, para conhecer e registrar como alguns países estão implementando essa agenda, a fim de identificar experiências que podem ser úteis ao Brasil.

Os países participantes da série de quatro seminários foram:

**CHILE**

em 27/6/22, com apresentação de Carolina Schmidt, ex-ministra da Educação (2013-2014) e do Meio Ambiente (2018- 2021) do Chile, que presidiu a 25ª COP da ONU, em 2019, realizada em Madrid.

Vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=MoMYmLxANng>.

**FRANÇA**

em 26/7/22, com apresentação de Barbara Pompili, deputada na Assembleia Nacional da França, ex-ministra da Transição Ecológica da França (2020-2022) e ex-secretária de Estado para biodiversidade (2016-2017).

Vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=MoMYmLxANng>.

**CHINA**

em 4/7/22, com apresentação de Lauri Myllyvirta, *lead analyst* no Centre for Research on Energy and Clean Air, e Renato Roldão, vice-presidente e *managing director* no ICF Climate Center, na China, consultoria que atua nas áreas de tecnologia e políticas públicas.

Vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=EFHErhzhNhU>.

**ESTADOS UNIDOS**

em 1/9/22, com apresentação de Julie Cerqueira, *principal deputy* e *assistant secretary* no Office of International Affairs do Departamento de Energia dos Estados Unidos da América.

Vídeo na íntegra: <https://www.youtube.com/watch?v=C8AJHF9Pdoc>.

Com o objetivo de oferecer subsídios para uma reflexão sobre como o Brasil pode seguir um caminho promissor, essa iniciativa procurou compreender como alguns países vêm atuando nesse processo, com o objetivo de identificar inspirações que, guardadas as condições próprias de cada realidade, podem servir para o Brasil.

Chile, França, China e Estados Unidos foram os casos escolhidos e aprofundados nesse trabalho, cada qual com sua particularidade, mas todos com um ponto em comum: avanços objetivos, concretos e planejados na transição para um modelo de economia neutra em carbono.





---

# SEGURANÇA HÍDRICA





## ÁGUA, DIREITO HUMANO E BEM PÚBLICO

A água é o melhor exemplo da indissociabilidade entre os valores da democracia e da sustentabilidade (D+S). Trata-se de um bem público e, ao mesmo tempo, um recurso natural finito, portanto algo que pertence à coletividade. É a partir dessa perspectiva D+S que o IDS atua nessa agenda desde 2014. A agenda da água tem o objetivo de contribuir para o acesso universal ao saneamento básico e para a promoção da gestão sustentável da água, tendo como referência o ODS 6 e demais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com intersecções: saúde (3), erradicação da pobreza (1), cidades sustentáveis (11), entre outros. O ponto de partida aqui é o acesso à água potável e ao serviço de esgotamento sanitário como dois direitos humanos distintos e complementares entre si, fundamentais à vida e à dignidade humana.

O IDS desenvolve estudos sobre o acesso à água no Brasil como direito humano com uma perspectiva histórica e com reflexões acerca do potencial da tarifa de saneamento como instrumento para a construção de uma nova cultura de cuidado com a água. O IDS também participa de redes e fóruns da sociedade civil e espaços institucionais de formulação de políticas públicas relacionados a essa agenda, sendo membro do Comitê Gestor do Observatório das Águas, da Comissão de Segurança Hídrica da Prefeitura de São Paulo, da Frente Parlamentar pela Água e o Saneamento do Estado de São Paulo, além de integrar o Comitê Orientador do 2030 Water Resources Group no Brasil, entre outras articulações.

# HUB DE SEGURANÇA HÍDRICA

O IDS baseia-se em quatro princípios como pontos de partida para propor melhorias para a tarifa de água e esgoto:

ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO SÃO DIREITOS HUMANOS,

É NECESSÁRIO PRESERVAR NOSSAS FONTES DE ÁGUA,

ÁGUA É UM BEM COMUM E SUA GESTÃO DEVE SER DEMOCRÁTICA,

INVESTIR EM SANEAMENTO BÁSICO IMPACTA POSITIVAMENTE A SAÚDE E O BEM-ESTAR COLETIVOS.

O IDS é um *think tank* que atua no *advocacy* direto junto a formuladores de políticas públicas, e como produtor de estudos e conhecimentos sobre suas agendas prioritárias. No caso da água e do saneamento, essa produção é exuberante, com infográficos, cartilhas, vídeos e relatórios realizados conjuntamente pelo IDS e pela The Nature Conservancy Brasil (TNC), com apoio do programa Partnerships for Forests (P4F).

Todo esse material está disponível em: <https://segurancahidrica.idsbrasil.org/saneamento-e-seguranca-hidrica/>.

Há, também, estudos sobre modelos de cobrança da água e dos serviços de saneamento que podem ser importantes vetores de universalização dos serviços. São 23 propostas para ampliar o acesso aos serviços e respeitar a água como um direito humano fundamental e um bem público.

A íntegra das propostas pode ser lida em: <https://segurancahidrica.idsbrasil.org/modelos-de-cobranca/>.

## MODELOS DE COBRANÇA

### 1 - Cobrar segundo o consumo real

O valor da cobrança deve corresponder ao volume efetivamente consumido.

### 2 - Para cada serviço um valor específico

Água, coleta e tratamento de esgoto são serviços diferentes e devem ser cobrados separadamente.

### 3 - Coleta e tratamento de esgoto são mais caros que abastecimento de água

Coleta e tratamento de esgoto envolvem custos maiores que o abastecimento de água e isso deve estar refletido na tarifa.

### 4 - Quem polui mais, paga mais

A tarifa de tratamento deve ser calculada considerando o tipo de esgoto e a qualidade do serviço prestado.

### 5 - Mais faixas de consumo para um uso mais consciente

Aumentar o número de faixas, mantendo a lógica progressiva de valores, estimula o uso racional.

### 6 - Mais ou menos recursos (\$) conforme os resultados entregues

A remuneração do prestador deve variar de acordo com metas pré-determinadas.

### 7 - Estimular o consumo racional

Bônus e multas conforme a consciência dos usuários.

### 8 - Isentar parte dos custos cobrados de hospitais e escolas públicas

Não cobrar a tarifa fixa de acesso de usuários de caráter essencial.

## SOCIEDADE E SUSTENTABILIDADE

### 9 – Garantir o direito à água e ao saneamento para famílias em situação de pobreza

A tarifa social deve ter critérios justos e com valores adequados.

### 10 – Destinar uma parte da tarifa para a proteção das fontes de água

A tarifa deve gerar recursos para o cuidado com os mananciais.

## TRANSPARÊNCIA

### 11 – A conta de água e esgoto deve ser mais transparente e completa

A conta deve conter todas as informações fundamentais e a memória de cálculo em um formato de fácil compreensão.

### 12 – Aprimorar a comunicação com a sociedade

Todas as informações (cálculo da tarifa, metas, etc.) devem ser traduzidas e apresentadas à sociedade em diferentes plataformas e formatos.

### 13 – Disponibilizar as informações para cada município

É central ter conhecimento dos custos e investimentos em cada um dos municípios.

### 14 – Priorizar investimentos ouvindo a sociedade

A universalização do acesso e a qualidade do serviço são assuntos de interesse público.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

### 15 – Transparência na gestão do Fundo de Saneamento do Município de São Paulo

Da receita da Sabesp, 7,5% gera recursos importantes que o paulistano deve conhecer e acompanhar.

### 16 – Investimento público para a tarifa social

Subsídios diretos para viabilizar a universalização.

### 17 – Recursos fiscais em prol do saneamento

Subsídios fiscais como complemento para viabilizar a universalização.

### 18 – Retenção dos dividendos do governo do Estado de São Paulo para universalização

Reinvestir integralmente em saneamento os dividendos que o governo (maior acionista) retira da Sabesp anualmente.

### 19 – Mais esforços para despoluir as águas

Rever e fortalecer o Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (Prodes/ANA).

### 20 – A gestão sustentável das águas que estão debaixo da terra deve ser priorizada

O uso indevido de águas subterrâneas gera impactos negativos em todo o sistema.

### 21 – Promover o reúso para fins não potáveis

O reúso aumentará nossa segurança hídrica.

### 22 – A água é um bem público, dotado de valor econômico

A cobrança pelo uso da água deve ser implementada em todas as bacias.

### 23 – Regras claras e rígidas para a circulação de caminhões-pipa

O trânsito desses veículos gera diversos impactos negativos que devem ser minimizados.

# SEGURANÇA HÍDRICA NO RIBEIRÃO BAGUAÇU EM ARAÇATUBA-SP

Garantir mananciais e a segurança hídrica é uma das prioridades do IDS. Por isso participou ativamente na produção do estudo *Segurança Hídrica no Ribeirão Baguaçu em Araçatuba/SP – Recomendações de ações prioritárias para a segurança hídrica do manancial*, lançado no dia 6 de outubro de 2022, em um evento que reuniu diversos agentes públicos, representantes de entidades ligadas à água e à produção rural, como Vitor Saback, diretor da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), Thomas Rocco, presidente do Sindicato Rural da Alta Noroeste (Siran), Eduardo Caldeira, diretor técnico da GS Inima, Luiz Otávio Manfré, diretor de recursos hídricos do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) do Estado de São Paulo, Dilator Borges Damasceno, prefeito de Araçatuba, Márcio Saito, do Departamento de Água e Esgoto de Araçatuba (DAEA), Roberto Muniz, diretor de Relações Institucionais e Sustentabilidade da GS Inima Brasil.



Confira o estudo completo: <https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Seguran%CC%A7a-Hi%CC%81drica-Arac%CC%A7atuba-Ribeira%CC%83o-Baguac%CC%A7u-IDS-GS-Inima-Samar-2022.pdf>

# PRIORIDADES PARA O SANEAMENTO E A SEGURANÇA HÍDRICA EM MANAUS

Na mesma agenda da segurança hídrica, o IDS, associado ao WWF, preparou um estudo sobre os desafios do abastecimento hídrico na cidade de Manaus, capital do Amazonas, que, apesar de estar no coração da Bacia Amazônica, a maior bacia hidrográfica do mundo, também enfrenta problemas com a oferta de água potável e saneamento para sua população. O acesso a serviços básicos, a gestão das águas em seus territórios, e todo papel, influência e integração das águas à vida da população manauara percorrem o pano de fundo que se pretende explorar neste trabalho.



Para ler a íntegra do estudo *Prioridades para o Saneamento Básico e a Segurança Hídrica no Município de Manaus*, acesse [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/IDS\\_Saneamento\\_Seg\\_Hidrica\\_Manaus.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/IDS_Saneamento_Seg_Hidrica_Manaus.pdf).

# DE OLHO NOS MANANCIAIS DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

## O TERRITÓRIO EM ANÁLISE

O IDS trabalhou na análise e monitoramento dos mananciais e sua elaboração em etapas, considerando o recorte territorial da Macrometrópole Paulista (MMP), especialmente os sete sistemas de abastecimento de água presentes em seu território, a saber: Cantareira, Paraíba do Sul, Alto Tietê, Guarapiranga-Billings, Alto Cotia, Itupararanga e Piracicaba-Capivari-Jundiá (PCJ). O modelo de gestão atual está baseado na dependência de todas essas águas para atender às demandas da maior aglomeração urbana do país, e por isso há necessidade de um olhar integrado para todo esse território.

O trabalho vem sendo produzido com suporte de um Termo de Fomento decorrente da dispensa de chamamento público, que tem por objeto a transferência de recursos financeiros do Estado para o Instituto Democracia e Sustentabilidade, por meio da Emenda Parlamentar Impositiva nº 2021.066.22680, da deputada Marina Helou, com o objetivo de criar e operar um sistema de monitoramento do desmatamento nas áreas de mananciais da Macrometrópole Paulista, a partir do processamento de imagens de satélite em nuvem e gerar alertas dos desmatamentos em curso, direcionando-os às autoridades competentes e com acesso público.

A Macrometrópole Paulista abrange 180 municípios e uma área de 52 mil quilômetros quadrados, com uma população estimada em mais de 30,8 milhões de habitantes, o equivalente a 75% de toda a sociedade paulista. Os sete sistemas de abastecimento considerados nesse trabalho são aqueles destacados pela Agência Nacional de Águas (ANA) como corpos hídricos de água doce superficial com fins de abastecimento público.



# GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA

## PACTO FEDERATIVO • MUNICÍPIOS PARA A AGENDA 2030

DIRETRIZES PARA O APRIMORAMENTO  
DO FEDERALISMO BRASILEIRO

O IDS tem trabalhado para ampliar o diálogo sobre novas estruturas federativas possíveis, que garantam qualidade de vida para os cidadãos, universalização de direitos e alinhamento aos diferentes acordos internacionais, como o Acordo de Paris, a Nova Agenda Urbana e a Agenda 2030, aprovados pelo Estado brasileiro. O estudo *Pacto Federativo – Municípios para a Agenda 2030 – Diretrizes para o aprimoramento do federalismo brasileiro*, realizado pelo Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS), em colaboração com Instituto de Estudos Avançados da USP, USP





Cidades Globais, Iclei – Governos Locais pela Sustentabilidade, Instituto Ethos e Programa Cidades Sustentáveis, organizações com foco em desenvolvimento de cidades, aborda de forma abrangente as demandas dos municípios e as amarras fiscais que impedem a eficiência na aplicação de recursos em seu longo percurso pela burocracia fiscal.

Para ler o estudo, acesse [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/04/Pacto\\_Federativo\\_PublicacaoCompleta2022.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/04/Pacto_Federativo_PublicacaoCompleta2022.pdf)

## AVANÇOS E RETROCESSOS DA AGENDA 2030 NO BRASIL



## 5ª EDIÇÃO DO RELATÓRIO LUZ

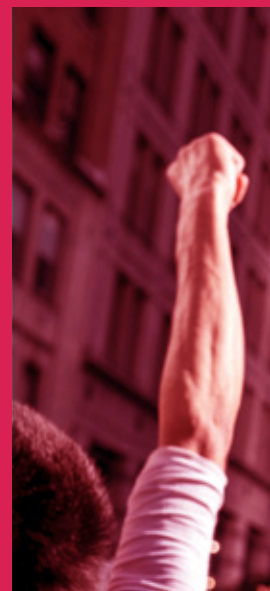
Um diagnóstico preocupante, atestado por 106 especialistas de diferentes áreas temáticas, é o que mostra esse relatório organizado pelo Grupo de Trabalho da Sociedade Civil da Agenda 2030 (GT2030), que analisou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e suas 169 metas.

A destruição de direitos sociais, ambientais e econômicos, além de direitos civis e políticos, arduamente construídos nas últimas décadas, fica patente nas 92 metas (54,4%) em retrocesso, 27 (16%) estagnadas, 21 (12,4%) ameaçadas, 13 (7,7%) em progresso insuficiente, 15 (8,9%) com informação indisponível.

Para ter acesso à 5ª edição do *Relatório Luz*, acesse [https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2021/07/por\\_rl\\_2021\\_completo\\_vs\\_03\\_lowres.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf)



# FORMAÇÃO E ATIVISMO



# DIÁLOGOS INTERGERACIONAIS NO CAMPO SOCIOAMBIENTAL

O ativismo jovem não é uma promessa para o futuro, é uma ação transformadora do presente.

O Brasil possui aproximadamente 50 milhões de jovens, cerca de um quarto da sua população, segundo o Atlas das Juventudes. É esse coletivo de pessoas, hoje com 15 a 29 anos, o maior interessado nas transformações de rumos do desenvolvimento do país.

As juventudes são historicamente vetores de grandes transformações. A união entre o presente e o amanhã é a ponte necessária para superar os limites da sustentabilidade: jovens são a semente do amanhã.

No território e na política, os jovens ocupam espaços de ação e de decisão em um processo que pode ser acelerado e incentivado, levando-se em conta suas pluralidades de diversas naturezas. Construir um novo projeto de Brasil com as juventudes é a oportunidade de tornar o país mais dinâmico economicamente e promover uma verdadeira renovação política.



Essa foi a missão que o Instituto Democracia e Sustentabilidade assumiu ao promover o ciclo de diálogos intergeracionais Espaços de Ativismo, conectando lideranças, profissionais e ativistas de diferentes gerações, para debater os desafios da agenda socioambiental no clima, nas cidades, no trabalho, na política e nas redes sociais.

A iniciativa Espaços de Ativismo – promovida pelo IDS em parceria com a Ashoka, o Engajamundo, o Instituto Update, a Teto e o Youth Climate Leaders – faz parte de uma estratégia de formação que busca promover a troca de conhecimento, experiência e visões de mundo entre ativistas do campo socioambiental.

Para a produção do documento Espaços de Ativismo foram realizadas Rodas de Conversa que, depois, foram sistematizadas e tiveram seus conteúdos organizados. Das Rodas de Conversa surgiu a publicação *Diálogos Intergeracionais por Democracia e Sustentabilidade*, disponível em <https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/epub-espacos-de-ativismo-v2-2.pdf>.

# RODAS DE CONVERSA

## DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS E DIFERENÇAS DO ATIVISMO DAS JUVENTUDES NOS SÉCULOS XX E XXI

**Marina Silva** · ex-ministra do Meio Ambiente (2003-2008), ex-senadora da República (1995-2011), associada-fundadora do IDS.

**Regina Lucia dos Santos** · coordenadora do Movimento Negro Unificado em São Paulo.

**Luma Menezes** · embaixadora Politize! e vereadora em Alagoinhas-BA.

**Gabriel Lepletier** · líder Politize! e coordenador da Associação Livres.



Link para o debate completo: <https://www.youtube.com/watch?v=iPhNMde0jRI>.

## EMERGÊNCIA CLIMÁTICA: COMO É POSSÍVEL CONSTRUIR UM FUTURO SUSTENTÁVEL?

**Suely Araújo** · assessora parlamentar, professora na Universidade de Brasília (UnB), ex-presidente do Ibama (2016-2018), especialista em políticas públicas do Observatório do Clima.

**Fabio Feldmann** · deputado constituinte, chefe da delegação parlamentar brasileira na Rio-92.

**Hamangá Kariri Sapuyá** · indígena do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe, estudante de medicina veterinária na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e articuladora da Engajamundo.

**Celina Pinagé** · ativista socioambiental, engajada em justiça climática e na proteção da Floresta Amazônica.



Link para o debate completo: <https://www.youtube.com/watch?v=iAzojSpX4z4>.



## SUPERAÇÃO DAS DESIGUALDADES E DIREITOS HUMANOS: COMO CONSTRUIR CIDADES DEMOCRÁTICAS E SUSTENTÁVEIS?

**Ana Valéria Araújo** · superintendente do Fundo Brasil de Direitos Humanos e associada do IDS.

**Gabriel Sampaio** · coordenador do Programa de Enfrentamento à Violência Institucional e de Litígio Estratégico da Conectas Direitos Humanos.

**Juliana Moura Bueno** · feminista, ativista de direitos humanos e da igualdade de gênero.

**Anna Luisa Beserra** · fundadora e CEO da Safe Drinking Water for All (SDW).



Link para o debate completo: [https://www.youtube.com/watch?v=f\\_u7jmJxX\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=f_u7jmJxX_0).

## EMPREGOS E JUVENTUDES: SINAL VERDE PARA O FUTURO DO TRABALHO?

**Viviane Romeiro** · especialista em mudança do clima e sustentabilidade.

**Raphael Medeiros** · diretor executivo do Centro de Empreendedorismo da Amazônia.

**Karla Giovanna Braga** · diretora de Mudanças Climáticas e Sustentabilidade na Cooperação da Juventude Amazônica para o Desenvolvimento Sustentável (Cojovem).

**Marcelo Rocha** · diretor executivo do Instituto Ayika.



Link para o debate completo: <https://www.youtube.com/watch?v=VEDZQfLvgog>.

## DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE: ATIVISMO DIGITAL E MOBILIZAÇÃO NAS REDES

**Sergio Amadeu** · professor na Universidade Federal do ABC (UFABC) e apresentador do podcast Tecnopolítica.

**Rodrigo Savazoni** · diretor executivo do Instituto Procomum.

**Bia Caminha** · vereadora mais jovem da história de Belém-PA.

**Helena Branco** · supervisora de programas na Girl Up Brasil.

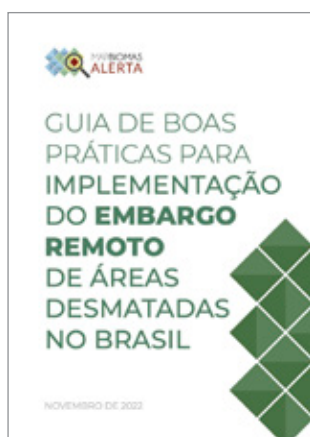


Link para o debate completo: <https://www.youtube.com/watch?v=yfcy-t05X6g>.

# BIBLIOTECA DO IDS

Como um *think tank* dedicado a estudos e gestão do conhecimento em um grande leque de temas do universo da democracia e da sustentabilidade, o IDS tem atuado para trazer a público pesquisas, estudos, fatos e dados sobre os mais diversos assuntos, mais especificamente sobre os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e suas metas associadas.

## ACERVO INCLUÍDO EM 2022



Guia de Boas Práticas para Implementação do Embargo Remoto de Áreas Desmatadas no Brasil

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/MapBiomass\\_Guia\\_Boas\\_Praticas\\_21.11.22\\_final.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/MapBiomass_Guia_Boas_Praticas_21.11.22_final.pdf)



Análise dos resultados da eleição 2022 para Câmara Federal e Senado com base nos dados do Farol Verde

<https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Analise-dos-resultados-da-eleicao-2022.pdf>

Outro aspecto importante do acervo da Biblioteca do IDS, que tem acesso livre por meio do site da organização, é a produção de conhecimentos e análises realizados com instituições parceiras.

O ano de 2022 foi especialmente produtivo na produção e divulgação de estudos e documentos pelo IDS, que podem ser acessados no link <https://www.idsbrasil.org/biblioteca-virtual/>.



Prioridades para o Saneamento Básico e a Segurança Hídrica no Município de Manaus

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/IDS\\_Saneamento\\_Seg\\_Hidrica\\_Manaus.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/11/IDS_Saneamento_Seg_Hidrica_Manaus.pdf)



Bússola para as eleições de 2022

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/IDS\\_BussolaEleicoes2022.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/IDS_BussolaEleicoes2022.pdf)



Segurança Hídrica no Ribeirão Bagaçu em Araçatuba-SP

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Seguranc%CC%A7a-Hi%CC%81drica\\_Arac%CC%A7atuba\\_Ribeira%CC%83o-Baguac%CC%A7u-IDS\\_GS-Inima-Samar\\_2022.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/Seguranc%CC%A7a-Hi%CC%81drica_Arac%CC%A7atuba_Ribeira%CC%83o-Baguac%CC%A7u-IDS_GS-Inima-Samar_2022.pdf)



Democracia e Sustentabilidade

<https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/10/epub-espacos-de-ativismo-v2-2.pdf>



Farol Verde – Para ampliar a visibilidade das agendas Clima & Meio Ambiente nas eleições para o Congresso Nacional em 2022

<https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/Relato%CC%81rio-Lanc%CC%A7amento-FAROL-VERDE-eleic%CC%A7o%CC%83es-2022-Final.pdf>



Economia Verde no Brasil – Contribuições para uma política nacional

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS\\_AgendaEconomiaVerde\\_2022\\_final-1.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/09/IDS_AgendaEconomiaVerde_2022_final-1.pdf)



Maceió mais inclusiva através de Modelos de Economia Circular

<https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/08/Produto-5-Sumario-executivo-revisado-1.pdf>



VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/07/rj\\_2022-completoweb-30\\_06\\_01.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/07/rj_2022-completoweb-30_06_01.pdf)



Pacto Federativo – Diretrizes para o aprimoramento do federalismo brasileiro

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/04/Pacto\\_Federativo\\_PublicacaoCompleta2022.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/04/Pacto_Federativo_PublicacaoCompleta2022.pdf)



Análise das Ações do Governo Federal em Relação aos Alertas de Desmatamento

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/RELATORIO\\_DIAGRAMADO\\_FINAL\\_IDS\\_MapBiomass\\_07.01.2022.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/RELATORIO_DIAGRAMADO_FINAL_IDS_MapBiomass_07.01.2022.pdf)



Painel Parlamento Socioambiental: O “empate” climático nas redes sociais de Deputad@s Federais em 2021

[https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/Analise-redes-sociais-deputados-Clima\\_2021\\_Relatorio.pdf](https://www.idsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/01/Analise-redes-sociais-deputados-Clima_2021_Relatorio.pdf)



# ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A produção da assessoria de comunicação do IDS no ano de 2022 consta no levantamento a seguir.

## IDS OPINA

**31/5/2022 – Alexandra Reschke**

<https://www.idsbrasil.org/ids-opina/caminhos-para-construir-juntos-o-futuro-que-queremos/>

**22/8/2022 – Jorge Abrahão**

<https://www.idsbrasil.org/ids-opina/a-democracia-brota-onde-vivem-os-cidadaos/>

**4/10/2022 – Márcio Santilli**

<https://www.idsbrasil.org/ids-opina/as-multiplas-diversidades-que-fazem-a-riqueza-do-brasil/>

**25/11/2022 – Maria Alice Setubal**

<https://www.idsbrasil.org/ids-opina/novo-governo-tem-de-recuperar-a-esperanca-na-educacao/>

## BLOG DO ESTADÃO

No ano de 2022, foram publicados 15 artigos no espaço nobre do Blog do Estadão, sendo quatro pela Equipe IDS, sete por André Lima, dois por Guilherme Checco e dois por Carolina Mattar. Não temos informações sobre quantidade de visualizações e tempo de leitura porque o Blog do Estadão não oferece esses dados.

**18/1/2022 – A emergência das juventudes**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/a-emergencia-das-juventudes/>

**26/1/2022 – O “empate” climático nas redes sociais de Deputad@s em 2021**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/o-empate-climatico-nas-redes-sociais-de-deputads-em-2021/>

**5/3/2022 – Se houver reforma (tributária), a hora de torná-la mais verde é agora!**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/se-houver-reforma-tributaria-a-hora-de-torna-la-mais-verde-e-agora/>

**26/4/2022 – Federalismo brasileiro: necessário aprimoramento perante os desafios contemporâneos**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/federalismo-brasileiro-necessario-aprimoramento-perante-os-desafios-contemporaneos/>

**18/5/2022 – “Empate Climático” no STF**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/empate-climatico-no-stf/>

**26/5/2022 – Dez anos do Código Florestal: o que comemorar?**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/dez-anos-do-codigo-florestal-o-que-comemorar/>

**10/6/2022 – Clima, Fome e Eleições: quem depende de quem?**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/clima-fome-e-eleicoes-quem-depende-de-quem/>

**4/8/2022 – Resolução da ONU define Meio Ambiente, Clima e Biodiversidade como Direitos Humanos fundamentais**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/resolucao-da-onu-define-meio-ambiente-clima-e-biodiversidade-como-direitos-humanos-fundamentais/>

**14/8/2022 – Eleições de 2022, uma janela para o futuro dos nossos filhos**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/eleicoes-de-2022-uma-janela-para-o-futuro-dos-nossos-filhos/>

**19/8/2022 – Retomada Econômica Verde à brasileira: agenda obrigatória e de oportunidades**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/retomada-economica-verde-a-brasileira-agenda-obrigatoria-e-de-oportunidades/>

**7/9/2022 – Brasil: dois séculos em busca da independência**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/brasil-dois-seculos-em-busca-da-independencia/>

**29/9/2022 – Farol Verde ajuda a esverdear e renovar o Parlamento Federal**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/farol-verde-ajuda-a-esverdear-e-renovar-o-parlamento-federal/>

**17/10/2022 – Enfrentar a pobreza com políticas sustentáveis**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/enfrentar-a-pobreza-com-politicas-sustentaveis/>

**24/10/2022 – Seja um voto pela democracia e sociedade civil**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/seja-um-voto-pela-democracia-e-sociedade-civil/>

**9/11/2022 – Segurança hídrica em Araçatuba**

<https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/mais-democracia-mais-sustentabilidade/seguranca-hidrica-em-aracatuba/>

# REDES SOCIAIS



40.8K  
seguidores



4,1K  
seguidores



4K  
seguidores



1.2K  
seguidores

O TOTAL DE PESSOAS  
ALCANÇADAS NAS REDES  
SOCIAIS NO ANO DE 2022  
FORAM:

TWITTER

121 K antes  
411,4K

INSTAGRAM

3,524 M antes  
2,568M

FACEBOOK

4,216 M antes  
3,538 M

YOUTUBE

144 K antes  
15,9 K

LINKEDIN

18 K antes  
-

## SITE DO IDS

Número de visitas: **28.707**  
(em 2021 foram 15.581)

## IDS OPINA

**4 entrevistas** com associados durante 2022  
(em 2021: 6 entrevistados)

## DOWNLOAD DE PUBLICAÇÕES

No site: **2.709** (em 2021: 894)

## BLOG DO ESTADÃO

“Mais Democracia, Mais Sustentabilidades”:  
**15 artigos publicados**  
(11 em 2021)

## E-MAIL

Índice de abertura dos e-mails enviados pelo IDS: **47,84%**  
(aumento significativo, em comparação a 2021, em que o índice foi de: 29,12%)

# RELATÓRIO FINANCEIRO

## BASES PARA O OLHAR AMPLIADO EM DIREÇÃO AO FUTURO

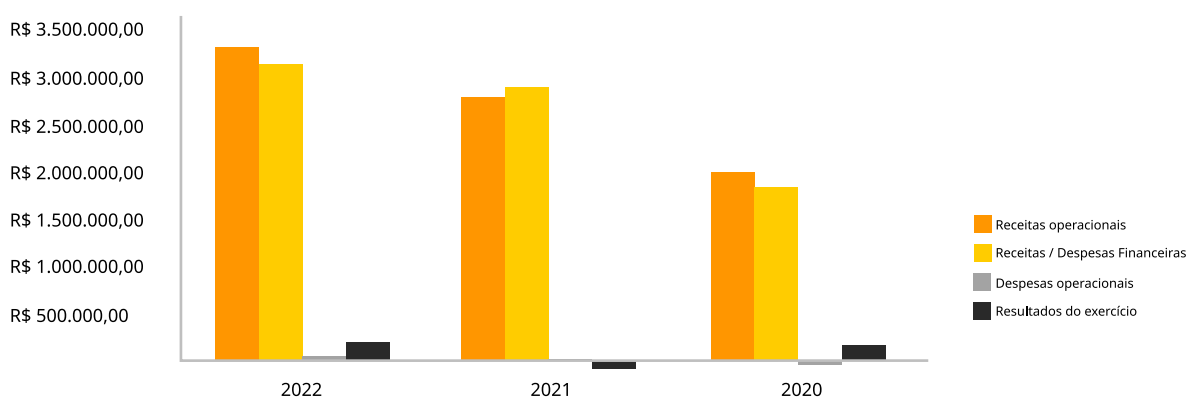
No ano de 2022, o Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS) teve um crescimento importante no número de projetos executados, assim como deu continuidade aos que já estavam em andamento desde os anos anteriores. Outro destaque importante é a diversificação das fontes de receita, o que garante à entidade uma sólida sustentação financeira.

Quanto às despesas, a equipe manteve-se com um percentual importante, o que reflete em grande medida a forma como o IDS trabalha, principalmente com pesquisas e formulação de políticas públicas, envolvendo equipes técnicas para desenvolver os projetos, o que é uma característica de um *think tank*. A administração enxuta tem em mente que o crescimento do IDS traz desafios em termos de melhores ferramentas e equipe para garantir a qualidade da administração.

O IDS valoriza a frente da comunicação, em especial no ano de eleições que colocou a luz nas nossas agendas e propostas. A comunicação representa 15% das despesas totais. E, no caso de seminários, eventos e estudos, há um custo reduzido em função do trabalho remoto, com muitos eventos virtualizados. Grande parte dos custos de comunicação concentrou-se em despesas com recursos humanos.

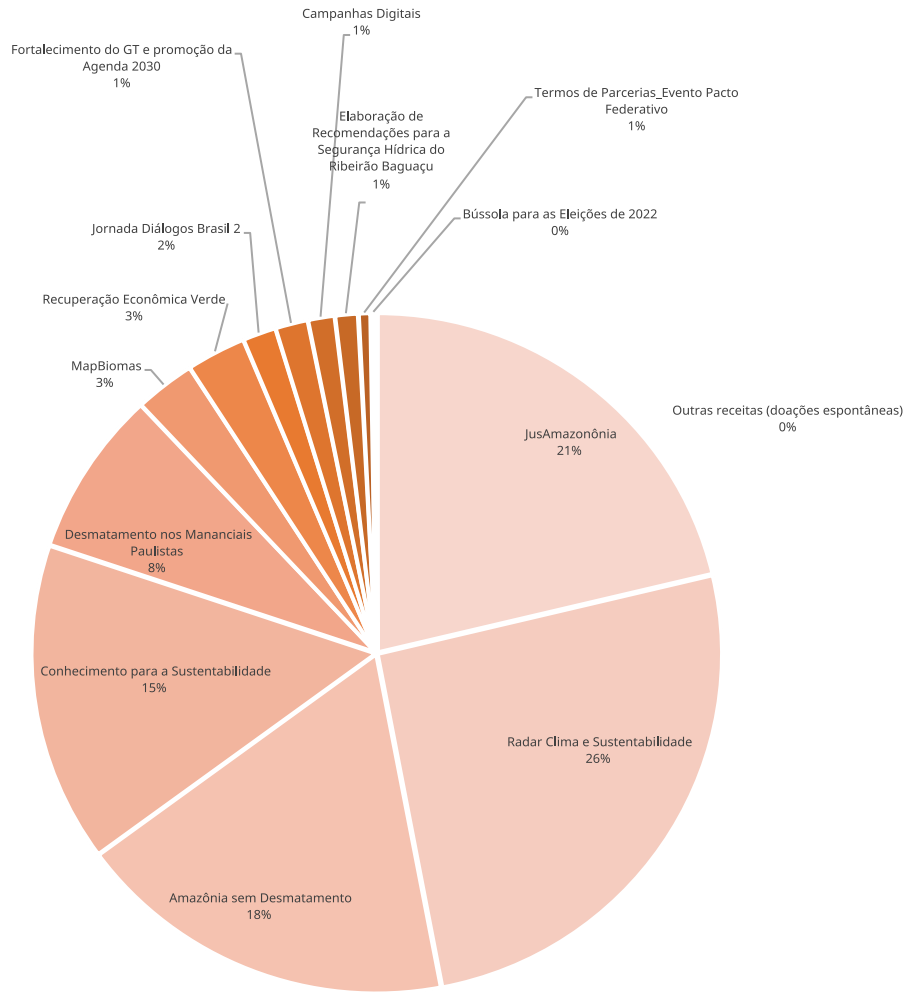
E estamos conseguindo gradualmente consolidar a posição estratégica do IDS como um *player* no debate sobre políticas públicas no campo da democracia e da sustentabilidade. Uma posição que permite o olhar mais estratégico para o futuro em um horizonte ampliado.

## COMPARATIVO DE RESULTADOS

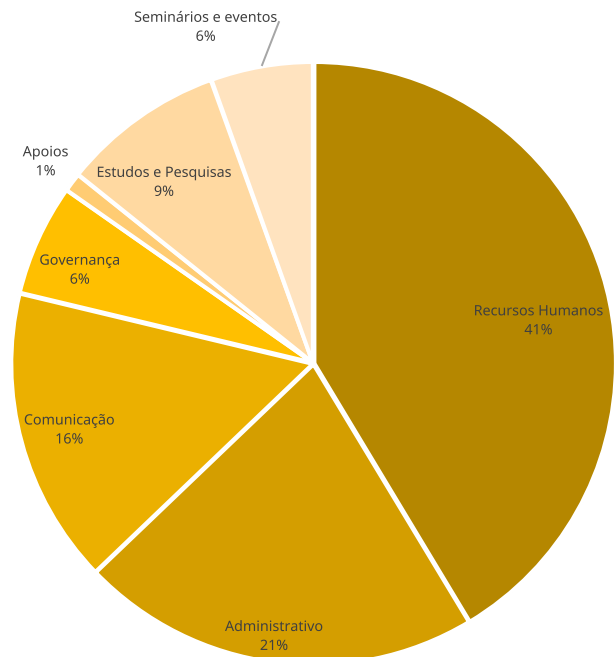


	2022	2021	2020
Receitas operacionais	R\$ 3.301.355,00	R\$ 2.798.038,00	R\$ 1.997.482,00
Despesas operacionais	R\$ 3.130.204,00	R\$ 2.883.986,00	R\$ 1.826.629,00
Receitas/Despesas financeiras *	R\$ 26.539,00	R\$ 13.854,00	R\$ (6.996,00)
Resultado do exercício	R\$ 197.690,00	R\$ (72.094,00)	R\$ 163.857,00

## RECEITAS OPERACIONAIS



## DESPESAS 2022 POR CENTRO DE CUSTO







# RELATÓRIO DE ATIVIDADES



# 2022